



ESFOSUAS/PE

*Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco*

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e
Prevenção à Violência e as Drogas - SDSCJPVD**

Secretaria Executiva de Assistência Social

Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

Universidade Federal Rural de Pernambuco / Fundação Apolônio Salles



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA O TRABALHO NO SUAS

POBREZA, RISCO, VULNERABILIDADE, TERRITÓRIO, INTERSETORIALIDADE

POBREZA

POBREZA

- A pobreza normalmente é entendida como a incapacidade dos indivíduos terem uma condição de vida adequada em decorrência dos baixos rendimentos.
- Embora mensurada fundamentalmente pela renda, a pobreza não se limita a ela, revelando-se também por meio da privação de necessidades básicas.
- A pobreza deve ser considerada em seu caráter multidimensional.
- “Pobres” são aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo excluídos em graus diferenciados da riqueza social.
- Boa parte dos estudos, inclusive as estatísticas oficiais, relacionam pobreza à *renda mensal familiar per capita*, ou seja, quanto dinheiro a família ganha por mês, dividido pelo número de integrantes do núcleo familiar (pais, filhos, dependentes).

- A insuficiência de renda é um fator importante para definir a pobreza, mas não é o único.
- A pobreza pode ser medida de várias formas, uma vez que se apresenta como uma categoria multidimensional que não se reduz a privações materiais.
- Podemos considerar como “pobres” as pessoas em condição de insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia.
- A pobreza também pode ser uma categoria política, na medida em que se traduz pela ausência (negação) de direitos, de oportunidades, de informações e de possibilidades.

Precisamos falar sobre pobreza....

A pobreza é um fenômeno político.

A pobreza é um fenômeno estrutural, histórico, sistêmico.

A pobreza acomete grupos populacionais por gerações.

A pobreza revela diferenças e desigualdades regionais locais e globais.

A pobreza está relacionada ao modelo de desenvolvimento: produção de riqueza x distribuição x concentração

A produção de riquezas e a reprodução da pobreza não são fenômenos naturais, mas sim produto da ação humana ao longo da história.

Relação pobreza - produção de riqueza – desigualdade social: acúmulo da riqueza socialmente produzida por muitos nas mãos de poucos.

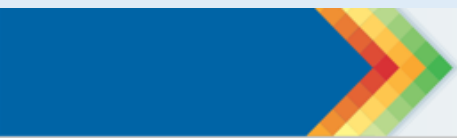
Essa reflexão se centra na relação da exploração da força de trabalho pelas forças econômicas.

A pobreza no Brasil tem relação direta com o passado escravista: expressão do racismo estrutural.



Vídeo

Uma Visão de Estrutura Social (Eduardo Marinho)



VULNERABILIDADE

VULNERABILIDADE

Na Assistência Social, a vulnerabilidade foi conceituada pela PNAS, como **caracterizando** situações de **fragilidade relacional ou social**, destacando sua **conexão com as situações de “pobreza, privação** (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, **fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social** (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras).” (PNAS, 2004; pg. 33).

Os princípios e diretrizes da política de assistência social, os eixos estruturantes do SUAS estabelecidos pela PNAS, o Plano Decenal do SUAS, a Tipificação de Serviços Socioassistenciais reconhecem as múltiplas situações de vulnerabilidade associadas a **necessidades objetivas e subjetivas** às quais se somam as dificuldades materiais, relacionais e culturais que impactam sobre os vínculos familiares e comunitários .

Logo...

A vulnerabilidade **NÃO É DEFINIDA PELA POBREZA**, *“ainda que os riscos de desestabilização recaiam mais fortemente sobre os que são desprovidos de reservas econômica”* (Castel, 1998, p. 25).

A vulnerabilidade envolve relações de convívio conflitivas, de violência, de preconceito/discriminação, de abandono, de apartação, de confinamento e/ou isolamento de indivíduos, grupos ou famílias.

RISCO

RISCO

O conceito de risco é utilizado em diversas áreas do conhecimento e tem aplicação distinta no âmbito de diversas políticas públicas, como saúde, meio ambiente, segurança etc.

Via de regra, a operacionalização do conceito visa a identificar a probabilidade ou a iminência de um evento acontecer e, conseqüentemente, está articulado com a disposição ou capacidade de antecipar-se para preveni-lo ou de organizar-se para minorar seus efeitos, quando não é possível evitar sua ocorrência.

Para a assistência social, portanto, a operacionalização do conceito de risco exige a definição do conjunto de eventos em relação aos quais lhe compete diretamente desenvolver esforços para prevenir, enfrentar e reduzir seus agravos.

É possível definir que, no âmbito de atuação da assistência social, há situações de riscos a incidência dos seguintes eventos, que devem ser prevenidos ou enfrentados:

- **Situações de violência intrafamiliar**; negligência; maus tratos; violência, abuso e exploração sexuais; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia ou qualquer outra condição ou identidade.
- **Situações que denotam a fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários**, tais como vivência em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; atos infracionais de adolescentes com consequente aplicação de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos, crianças ou pessoas com deficiência em instituições de acolhimento; qualquer outra privação do convívio comunitário vivenciada por pessoas dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência), ainda que residam com a própria família.

TERRITÓRIO

TERRITÓRIO

- No campo da promoção e da proteção social, **o território é entendido como o eixo para a compreensão da dinâmica dos problemas sociais** relacionados às situações de vulnerabilidade e risco, assim como **o lócus** para seu enfrentamento.
- É no território, pelas questões de proximidade e de identidade cultural, **onde acontecem as relações sociais** mais identificadas com as **reais demandas** por direitos, serviços e benefícios sociais.
- É **onde são produzidas as necessidades dos cidadãos**, como moradia, transporte, educação, saúde, saneamento e tantas outras. Para as políticas sociais, essas necessidades deixam de ter caráter individual e passam a ser percebidas como **demandas coletivas**.
- O território é o **“chão da cidadania”**
- É no território que **direitos são negados ou assegurados**.

O conceito de território permite compreender a forma como as relações sociais se materializam num dado espaço.

“O território é muito mais do que a paisagem física ou o perímetro que delimita uma comunidade, bairro ou cidade. O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida.”

(Milton Santos, 2002)

Atuação sobre o território significa atuação no plano coletivo!

- ✓ Significa compromisso do poder público com estruturação da oferta de serviços socioassistenciais compatíveis com as necessidades do território
- ✓ Significa estabelecimento de vínculos reais entre as equipes de referência dos serviços e os territórios, de forma a desenvolver intervenções que possibilitem promover na população a “coletivização” da reflexão sobre os problemas, assim como a construção das estratégias igualmente coletivas para o enfrentamento ou a superação deles

- É preciso levar em conta a diversidade das vulnerabilidades sociais, a forma como as desigualdades se reproduzem e a diversidade de modos e de dinâmicas de vida.
- A assistência social exige um “olhar atento” às peculiaridades dos territórios, à diversidade de públicos, aos contextos de produção e reprodução da desigualdade, assim como às estratégias adotadas para prestar-lhes atendimento com equidade.

A situação de desproteção social é histórica e é coletiva, mesmo que se manifeste a partir de um indivíduo ou uma família.

A identificação e reconhecimento das condições de vulnerabilidade das famílias e dos territórios é um importante desafio para as equipes da proteção socioassistencial

“O que, frequentemente, para o profissional é conformismo pode ser para a população uma avaliação rigorosa dos limites de melhoria.”

(Victor Vincent Valla. A crise da interpretação é nossa: procurando entender a fala das classes subalternas - II Caderno de educação popular em saúde / Ministério da Saúde 2014)



INTERSETORIALIDADE



LEITURA E DEBATE

“Os desafios da intersetorialidade no âmbito do SUAS”

(Juliana Medeiros, para o GESUAS)

DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE

- Superar o atendimento fragmentado / setorial onde o usuário tem seus problemas tratados separadamente e não em sua totalidade (sua realidade social não é levada em consideração)
- Criar sistemas interligados que viabilizem as informações entre as políticas setoriais
- Efetivar a participação social no controle da formulação, execução e monitoramento das políticas públicas
- Estabelecer estrutura administrativa que possibilite a articulação intersetorial e a criação de instrumentos de gestão para ações integradas
- Remanejar recursos financeiros e humanos para a sua concretização
- Contar com apoio de equipes técnicas capacitadas para a operacionalização da ação intersetorial na esfera prática
- Capacitar gestores para o redirecionamento de ações das políticas públicas locais, para a construção de agendas comuns, pactos e consensos entre os atores envolvidos
- Adotar posicionamento político quanto ao redirecionamento da ação pública

O CASO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA (2011-2014)

O DIAGNOSTICO:

A pedido do governo, o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) a partir dos dados do Censo 2010, identificou **16,2 milhões de brasileiros** vivendo abaixo da linha da pobreza - **4 milhões de domicílios** particulares permanentes encontram-se na faixa de “*sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de 1 a 70 reais*”, o que representava **8,5% da população brasileira**.

- **46,7% das pessoas na linha de extrema pobreza viviam em áreas rurais enquanto 53,3% nas áreas urbanas.**
- **59% vivem no Nordeste, 21% no Sul e Sudeste e 20% no Norte e Centro-Oeste**
- **40% têm menos de 14 anos de idade**
- **A população negra e parda corresponde a 70,8% dos extremamente pobres**

AS ESTRATÉGIAS:

Foram estabelecidos eixos de atuação: “A **garantia da renda**, para alívio imediato da situação de extrema pobreza... / ...o **acesso aos serviços públicos**, para melhorar e expandir as condições de educação, saúde e cidadania das famílias e ... / ...a **inclusão produtiva** em perspectiva da elevação das capacidades e oportunidades de trabalho e renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades”.

Foi estabelecida uma **estratégia intersetorial de implementação com 22 ministérios envolvidos** onde políticas setoriais foram integradas e articuladas entre si, gerando inclusive novos programas e serviços.

Foram estabelecidas **estratégias e metas diferenciadas para o meio urbano e rural, assim como para públicos específicos**.

A **região nordeste foi priorizada**, por apresentar os maiores índices.

Foi definida a estratégia de **busca ativa para localizar e incluir os invisíveis**.

OS RESULTADOS / IMPACTOS (OS MENSURÁVEIS)

- Redução de 62% da miséria entre crianças de 0 a 6 anos
- **22 milhões de beneficiários saem da extrema pobreza**
- 910 mil famílias localizadas em junho de 2013
- **1.205 equipes volantes, em 1.038 municípios e 10 lanchas entregues no início de 2013**
- 48,5 mil novas escolas aderem ao ensino em tempo integral
- **31.700 escolas com tempo integral possuem a maioria de seus alunos beneficiários do Bolsa Família**
- Até abril de 2013, 888 novas creches construídas e 2.822 em construção
- **506 mil novos alunos matriculados em cursos de formação profissional, sendo 66% mulheres e 48% tendo entre 18 e 29 anos**
- 757 novas Unidades Básicas de Saúde em territórios pobres

- **O crescimento da cobertura do Programa Saúde na Família, aliado ao aumento da cobertura do Bolsa Família, reduziu a mortalidade infantil em 19,4%.**
- **1,3 mil operações de microcrédito produtivo realizadas por beneficiários do Bolsa Família**
- **Número de beneficiários do PBF com seus negócios formalizados através do MEI sobe de 81 mil para 290 mil entre 2012 e 201**
- **29 mil famílias de agricultores rurais implantaram projetos de produção com assistência técnica especializada e recursos de fomento**
- **Em 2010, produtores rurais de baixa renda representavam 32% do total dos beneficiados PAA pelo e à partir de 2011, sua participação aumentou para 46% (totalizando 120 mil famílias)**
- **Até junho de 2013 foram 355 mil cisternas entregues, com capacidade para 16 mil litros de água**

REFLEXÃO

Políticas isoladas não são capazes de enfrentar todas as dimensões da pobreza

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e
Prevenção à Violência e as Drogas - SDSCJPVD
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente**

www.sigas.pe.gov.br
E-mail: capacitasuas.pe@sdscj.pe.gov.br

Telefone: 81 3183 0715

**Fundação Apolônio Salles
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**

E-mail: capacitasuas.ufrpe@ufrpe.br

Telefone: 81 9.9943 0055